

# CLIPPING



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

## DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3228-2699





## Análise Prévia

### TCE-GO alerta Estado para possibilidade de despesas correntes ultrapassarem limite legal

27/08/2019 15:00 — Por Elisama Ximenes —

**Descumprimento do teto pode resultar em responsabilização do governo e, ainda, na proibição da contratação de pessoal ou realização de concursos**



Foto: Fernando Leite/Jornal Opção

A conselheira Carla Santillo, do Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO), emitiu alerta ao governador Ronaldo Caiado (DEM) para a possibilidade de as despesas correntes estaduais excederem o limite legal. De acordo com a relatora das contas do Exercício de 2019, até o terceiro bimestre deste ano, esse gasto já chegou a 64,27% do teto — o que indica que até o fim do quarto bimestre ultrapasse 100%.

A conclusão da conselheira foi emitida após análise do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), produzido pela Secretaria da Economia, referente ao segundo bimestre de 2019. Com isso, Santillo, junto ao Serviço de Contas do Governo, unidade técnica do TCE, preveê que o Poder Executivo pode exceder o limite em 18,88%.

# OPÇÃO (27/08)



O descumprimento do limite pode resultar em responsabilização do governo e, ainda, na proibição da contratação de pessoal, a qualquer título, e de realização de concurso público.

## Educação e Saúde

Além disso, o alerta acusa que é possível que as aplicações na Educação e na Saúde sejam insuficientes para cumprir o mínimo a ser executado em 2019. O relatório demonstra que, até o segundo bimestre, foram aplicados 21,63% em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, 1,99% na UEG e 10,44% em Ações e Serviços Públicos de Saúde, enquanto os mínimos exigidos são de, respectivamente, 25%, 2% e 12%.

Dessa maneira, a Secretaria da Economia foi notificada para reclassificar suas contas contábeis em 15 dias. Isso, porque a atual localização da informação pode prejudicar a compreensibilidade e comparabilidade da informação e contrariar o parágrafo 2º do artigo 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Secretaria da Economia afirmou que já está tomando as providências recomendadas, apesar de ainda não ter sido oficialmente notificada.

*A Secretaria da Economia informa que, embora a Pasta não tenha sido notificada acerca das recomendações publicadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) sobre a análise do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), a titular Cristiane Schmidt já determinou, de forma proativa, a análise das pontuações feitas pelo TCE.*

*Cristiane determinou à equipe medidas para promover o cumprimento de todas as determinações da Corte de Contas e que as mesmas serão apresentadas no prazo estipulado.*

*Comunicação Setorial – Economia Goiás*

O líder do Governo na Assembleia Legislativa, Bruno Peixoto (MDB) disse que fazer o alerta é papel do tribunal e a administração estadual terá o prazo para fazer as adequações. “Então eu percebo que não há nada de ilegal, está tudo dentro da Lei”, considerou.



## PEC da Educação deve sofrer alterações

O Sintego cobra o pagamento de data-base e piso nacional e o Líder do governo na Assembleia acredita que pode garantir apoio a PEC, se anteder o Sindicato

**Raphael Bezerra**  
Especial para O Hoje

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata da desvinculação das receitas da Educação no Estado de Goiás segue em discussão antes de ser encaminhado a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego). Segundo o líder do Governo na Casa, Bruno Peixoto (MDB), o projeto deve passar por alterações após reunião com representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Goiás (Sintego) e da Universidade Estadual de Goiás, mas a decisão final é do Governo Estadual.

Bruno previa que o projeto fosse distribuído para os deputados da CCJ na tarde de ontem, o que acabou não acontecendo. Segundo ele, o relator, Álvaro Guimarães (Democratas) já deu parecer favorável



**Bruno Peixoto (MDB) acredita que tem aberto diálogo com a presidente do Sindicato**

pela aprovação da matéria.

Uma das demandas que vem sendo negociadas com o Sintego, segundo Bruno Peixoto, é o pagamento do piso nacional e a data-base dos professores da rede de ensino em Goiás. Além disso, segundo Bruno, o sindicato pede, também a abertura de mestrado e doutorado para servidores da educação de Goiás.

Ele explica que os diálogos devem chegar a conhecimento do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas) que deve decidir sobre as demandas expressadas pelo Sintego.

Para a presidente do Sin-

tego, Bia de Lima, o pagamento do piso e data-base não podem ser uma moeda de troca. “O data-base e o piso já deveriam estar sendo pagos, o governo quer colocar a UEG dentro do orçamento da educação só para dizer que está sendo cumprindo os 25% da educação”, comenta.

### Improcedência

Bia considera a medida como uma “manobra fiscal” que trará prejuízos para a educação básica do Estado. “As escolas estão caindo aos pedaços. Não dá para querer enfiar a UEG dentro do orça-

mento da educação sem cumprir o básico”, critica.

Ela alerta para a decisão do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE) que que jogou e rejeitou as contas do ex-governador Marconi Perillo (PSDB) e José Eliton (PSDB) no exercício de 2018.

“Os aposentados estão inclusos nesses 25%. O TCE já julgou e isso não pode, é ilegal. O Governo precisa assumir com os recursos da Educação”, aponta.

A presidente do Sintego explica que há um déficit na educação próximo aos 13 mil professores. “O Governo

não sinaliza para a abertura de concursos públicos e, além disso, anuncia o encerramento de 1800 contratos temporários na educação básica. Conversamos com a secretária de educação e, ela fica em uma saia justa. Ela precisa desses recursos mas a Secretaria de Economia está centralizando esses recursos que vem do Fundeb — Fundo de Educação Básica —, explica.

### Articulações da matéria

Bia de Lima explica que vem mantendo conversas com o presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Lissauer Vieira (PSB), e com Karlos Cabral (PDT), com o objetivo de garantir a rejeição da matéria. Para Bruno Peixoto, no entanto, essas tratativas devem garantir a união e o apoio do sindicato à matéria.

Bruno Peixoto diz que a pauta de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que desvincula recursos da Educação só vai entrar quando houver segurança de sua aprovação “Ainda estamos dialogando e explicando aos parlamentares que é Constitucional”.

“Para o Estado não fará diferença, mas para os índices constitucionais, sim”, garante o líder que faz questão de lembrar, ainda, que, em gestões passadas, a Educação Básica não recebia o preconizado em lei na sua totalidade.



## Oposição teme perda de recursos da educação

O líder da oposição, Talles Barreto (PDSB), defende que a matéria trará prejuízos para a educação básica e a UEG, contrariando a garantia do líder do governo na Assembleia.

Para Lucas Calil (PSB), o projeto pode retirar, quase R\$ 500 milhões da educação. Bia de Lima diz que a educação pode perder até R\$ 700 milhões caso o projeto seja aprovado.

“Eles estão com um projeto impopular e um projeto cruel com as nossas crianças. O governador falou na semana passada que suas filhas estudaram na Suíça e agora manda um projeto desse”, critica.



Talles Barreto acredita que a matéria trará prejuízos à UEG

Questionado sobre o posicionamento do governo que diz que o projeto inclusive

abre margem de 2% para crescimento das receitas com educação, Calil alerta que,

caso o governo não esteja cumprindo os 25% obrigatórios para a educação básica, há o risco de se estar cometendo ilegalidades que podem incorrer em improbidade administrativa.

O deputado Antônio Gomide (PT), pediu que os deputados da Casa discutam e votem em prol do arquivamento da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que desvincula constitucionalmente a destinação de 2% da receita corrente líquida do estado para a Universidade Estadual de Goiás (UEG), que passará ser incluída nos 25% destinados à Educação.

Ao mesmo tempo, o deputado chamou a atenção para a PEC de nº 2143/19, de sua autoria, que atualmente se encontra sob pedido de vista na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa.

A proposta do petista visa garantir a aplicação anual de no mínimo 30% da receita de impostos à Educação. Basicamente, cerca de 4,25% seriam destinados à execução das políticas de ciência e tecnologia. Essa porcentagem, automaticamente, traria um aumento de 2% para 3% da atual verba que é repassada para a UEG.

### ACORDO

## Alego abre mão de R\$ 63 milhões do duodécimo

Dayrel Godinho  
Especial para O Hoje

O presidente da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), Lissauer Vieira (PSB) chegou a um acordo com o Governo de Goiás em relação ao duodécimo.

O acordo feito entre o presidente da Alego e o governador Ronaldo Caiado (DEM), definiu que a Alego abrirá mão de R\$ 63 milhões da previsão orçamentária para 2020. Com isso, o Governo do Estado repassará ao Legislativo goiano o montante de R\$ 96 milhões a partir do ano que vem, ao invés dos R\$ 156 milhões previstos anteriormente na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Na semana passado o plenário da Casa derrubou o veto da governadoria que previa um orçamento de R\$ 159 milhões para a Alego na LDO e o presidente da Casa adiantou que a expectativa era colocar um valor entre R\$ 90 milhões e R\$ 100 milhões na Lei Orçamentária Anual (LOA), o que se confirmou ontem;

O acordado foi acertado



Lissauer anunciou que chegou a um acordo com o Estado

na última segunda-feira (26), após um amplo debate conduzido pelo chefe do Poder Legislativo, que definiu o acordo como “um resultado positivo”.

“Sempre defendi ações e alternativas para alavancar a economia de Goiás. Acredito que avançamos em um diálogo muito produtivo com o Governo do Estado e conseguimos chegar a um acordo positivo entre todos os lados”, afirmou Lissauer, completando que a Alego não quer nada a mais do

que seu direito garantido pela Constituição.

De acordo com o presidente da Alego, foi bom deixar claro que os poderes são independentes e que o repasse do duodécimo é uma obrigação do executivo. No entanto, Lissauer afirmou que, o Legislativo se sentiu sensibilizado com a atual situação do Estado e com a boa vontade do governador Caiado. “Abrimos mãos de parte do nosso direito”, disse o presidente.

Lissauer também garan-

tiu que o recurso devido à Alego será repassado de forma integral e reforçou que não abrirá mão da autonomia financeira da Casa. “Já está tudo acertado e o repasse será feito integralmente. Esses valores são destinados à manutenção, investimento e custeio do Poder Legislativo. Precisamos dessa autonomia para garantir uma maior economia aos cofres públicos e para darmos continuidade ao projeto de construção da nova sede da Alego”, afirmou.

os deputados mantiveram, por 20 votos sim e 13 votos não, o veto da Governadoria ao destaque de receitas extraordinárias que o Governo precisa remanejar.

Complementarmente, na LOA, ficou estabelecido, em acordo entre os dois poderes, que o remanejamento do Governo poderá ser feito sem autorização

### Justificativa do veto

Entre as razões para os vetos aos artigos estão a inconstitucionalidade de vinculações propostas, a invasão de competência exclusiva ao Executivo e “por se tratar de temas estranhos à LDO”. Além disso, foram vetados os incisos que tratam do limite de despesas correntes e de capital da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas dos Municípios.

De acordo com a Secretaria de Economia, a previsão supera de forma significativa os valores efetivamente repassados nos últimos exercícios e estão acima da capacidade de desembolso financeiro do Tesouro Estadual.

“Já está tudo acertado e o repasse será feito integralmente”

### Vetos a LDO

A sessão ordinária da semana passada aprovou a derrubada do veto da por 31 votos não e nenhum voto sim. Ainda nesse processo, em acordo entre os Poderes,



## Governo prevê R\$ 2 bi em recursos

Governo enviou um projeto de lei para utilizar 75% dos depósitos judiciais

Venceslau Pimentel  
Especial para O Hoje

O governador Ronaldo Caiado (DEM) deverá ter à sua disposição, nas próximas semanas, quase R\$ 2 bilhões referentes a depósitos judiciais, para o custeio da Previdência Social, pagamento de precatórios, de advogados dativos e amortização da dívida do Estado com a União.

O texto prevê a transferência imediata dos depósitos judiciais até a proporção de 75% de seu valor atualizado e estabelece ainda que o Poder Executivo garantirá a remuneração do montante total, devendo este percentual ser recalculado conforme os depósitos judiciais forem se recompondo, observado a média contratada com a instituição financeira.

O projeto de lei, subscrito por Caiado e o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Walter Carlos Lemes, foi lido em plenário, na sessão de ontem. Remetido à Comissão Mista, a matéria recebeu pedido de vista coletivo.

O governador diz na justificativa do projeto que se trata de medida de caráter financeiro, com a finalidade de contribuir “para a superação do preocupante quadro de déficit que acomete o Regime Próprio de Previdência dos servidores dos três poderes do Estado”, em situação que, sendo de caráter conjuntural, é transversal a grande parte dos Estados da Federação. “Esse quadro soma-se à situação de calamidade financeira que acometeu o Estado”, pontua.

Caiado destaca o que classifica como “sintonia com a gestão pública eficiente e colaborativa”, o aval do Tribunal de Justiça, de promover, em conjunto com o Executivo, “a deflagração do respectivo processo legislativo,



Lucas Diener

O governador, Ronaldo Caiado, destaca o que classifica como “sintonia com a gestão pública eficiente e colaborativa”

de forma a conferir àqueles recursos destinação socialmente útil e legitimamente relevante ao interesse geral”.

O artigo 1º do projeto diz que a lei, uma vez sancionada, aplica-se aos depósitos judiciais existentes na data de sua publicação, nas instituições financeiras encarregadas de custodiá-los. Já a parcela dos depósitos judiciais não repassada, será mantida nas instituições financeiras e constituirá Fundo de Reserva, destinado a garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos.

Pelo parágrafo III, a aplicação do disposto no caput fica condicionada à celebração de Termo de Compromisso, a ser firmado entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário, cujos termos serão imediatamente disponibilizados para consulta nos respectivos sites do Governo do Estado e do Poder Judiciário.

Sobre a questão do ordenamento, ele explica que não haverá disposição sobre direito civil nem sobre direito processual. Explica que a gestão dos recursos é matéria pu-

ramente afeta ao direito financeiro. E, como é sabido, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito financeiro.

A propósito da justifica-

**Esse quadro soma-se à situação de calamidade financeira**

tiva, o governador transcreve reflexão do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Sepúlveda Pertence, quando do julgamento da ADI 2.855/MT. “Pouco importa se isso provenha de um processo ou não [depósitos judiciais], o certo é que o Estado é depositário de recursos alheios. Dispor sobre isso, parece-me ser matéria de finanças públicas e

não de processo”

Ainda citando o ministro, o texto diz que, “no processo, o que importa é que a quantia seja devolvida com remuneração, essa, sim, prescrita em norma de caráter monetário do âmbito da União.”

Deve-se compreender por depósito pecuniário ou bancário, conforme explica Caiado, o contrato por meio do qual uma pessoa entrega montantes em dinheiro a um banco, obrigando-se este a restituí-las, por requerimento do depositante, nas condições previamente estipuladas. “Ou seja, o depositante transfere o direito de propriedade sobre o dinheiro, que é bem fungível, ficando com o direito de crédito correspondente. Por isso, o depósito bancário não se confunde com o depósito irregular, já que naquele o propósito não é a custódia do dinheiro, mas o estabelecimento de uma relação creditícia com o banco”.

O depósito bancário, ainda de acordo com a justificativa do

projeto, também não se confunde com o mútuo, já que naquele o depositante pode sacar total e imediatamente o numerário correspondente ao seu direito de crédito. Quanto ao enfoque econômico, o texto frisa que todos os depósitos à vista estão sujeitos à apropriação contábil pela instituição financeira, “que deles pode se valer - e com vultosos lucros efetivamente dele se vale - para a concessão de empréstimos e financiamentos”. Portanto, esclarece o governador, que do ponto de vista contábil, só existe uma realidade: o lançamento de créditos, cujo saldo configura moeda escritural.

Já o depósito judicial ou administrativo, que é bancário em essência, também implica, conforme o projeto, a transferência da propriedade do dinheiro pelo depositante ao depositário, com a consequente criação de moeda escritural. “A diferença está em que, neste caso, os valores monetários depositados nunca encontram-se plena e completamente disponíveis aos depositantes”.



## Estado se compromete em ajudar a Enel com licenças

**ENERGIA** Em termo de compromisso, governo se dispõe a dar apoio tanto em CPI como para a liberação de licenças, como a da Linha Carajás, hoje sub judice

**Katherine Alexandria**  
katherine.alexandria@opopular.com.br

Ao assinar o termo de compromisso com a Enel na segunda-feira (26), o governo do Estado se comprometeu a apoiar a empresa no trabalho de realizar melhorias no fornecimento de energia em Goiás. Uma das medidas de cooperação é o apoio, até o limite legal, para outorga do licenciamento da Linha de Distribuição Carajás, obra que é motivo de disputa na Justiça.

Para ampliar em 26% a capacidade da rede de distribuição nos próximos três anos em Goiás, conforme acertado com a mediação do Ministério de Minas e Energia (MME) e com Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Linha Carajás foi um dos pontos importantes na negociação com o Estado. Além dela, houve comprometimento em emitir licenças e ajudar na obtenção de outras autorizações que a empresa necessitar, mesmo que não sejam de competência estadual.

“Precisamos do apoio das instituições para sermos mais efetivos e para entender melhor o que de verdade é preciso”, afirmou o presidente da Enel Brasil, Nicola Cotugno, durante visita ao Grupo Jaime Câmara.

A obra da a Linha Carajás está parada por decisão liminar e sem ela há limitação, segundo a distribuidora, para liberar novas conexões de energia em Goiânia. Ela possibilitaria o ingresso de 31,5 megavolt-ampère (MVA) para os clientes, valor que corresponde a parte significativa (40,7%) da demanda reprimida existente na capital.

De outro lado, moradores do Setor Parque Anhanguera, na região Sudoeste da capital, são contra a implantação porque consideram que correm riscos com a rede de alta tensão próxima a suas casas e comércio na forma como está. “Aguardamos julgamento”, diz o morador Flávio Corrêa ao citar que a primeira decisão foi favorável a eles.

Ele afirma que o apoio do governador Ronaldo Calado (DEM) a essa obra será visto como uma tração se realmente ocorrer, já que em outros momentos, como senador, esteve ao lado da posição da população local. E questiona como o Estado, ao assinar o termo em que se compromete a ajudar a distribuidora, poderá interferir.

“Está judicializada e estamos esperando que o tribunal tome uma decisão. Se vai manter ou não a liminar. Como empresa, precisamos da decisão para saber qual será o próximo passo”, expõe o diretor-geral da Enel Goiás e próximo presidente da companhia, José Salas. Ele reforça ainda que é de grande ajuda contar com o apoio do Estado de Goiás.

“Não do ponto de vista jurídico, mas como responsável pelo que representa para o desenvolvimento do Estado. Por isso está dentro do acordo. É diferente chegar a Enel e chegar a Enel e o Estado dizendo que precisamos disso para o desenvolvimento do Estado”, defende. Segundo ele, faltariam apenas 300 metros de linha para finalizar a obra.

### PLANO DE AÇÕES

Até a assinatura do novo plano de ações – que é um acréscimo ao plano emergencial que está em curso desde março –, ocorreram debates e negociações entre o governo estadual e a empresa. Nesse contexto, quando a empresa citava a necessidade da Linha Carajás, o Estado chegou a concordar com a importância dela mas citou estudo elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento e Inovação que a mesma não substitui ou minimizaria a necessidade de compensação reativa em todas as subestações de goiandenses.

Outro ponto abordado no

### Para acelerar

Veja quais são as ações acordadas com os governos estadual e federal que estão no novo programa da Enel para aumento de oferta de energia em Goiás

#### VOLUME REQUERIDO DE CAPACIDADE

##### Curto prazo

- Atendimento de **84%** do volume requerido de compensação reativa (Mvar) até fevereiro de 2020, o que representa 407 Mvar
- Restante do volume até dezembro de 2020

##### Proposta anterior



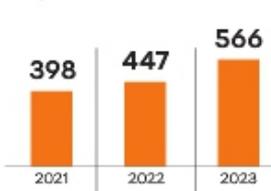
##### Plano Atual



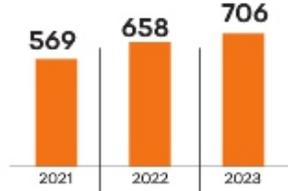
##### Médio prazo

- Mais 172 MVAR de capacidade adicional até 2022
- Capacidade instalada chegará a 706 MVAR até 2023

##### Proposta anterior



##### Plano Atual



#### REDUÇÃO DA DEMANDA REPRIMIDA

##### Curto prazo

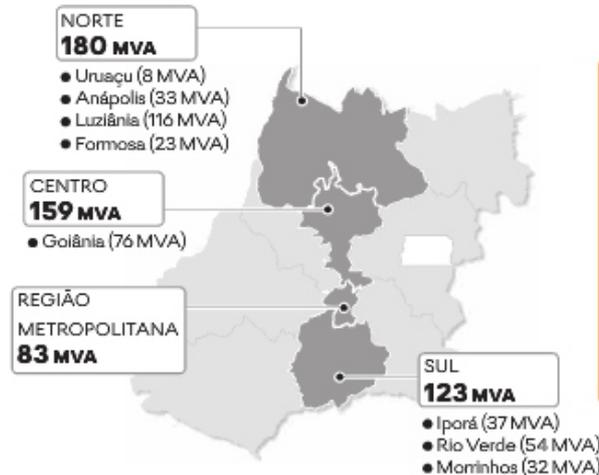
- Programa vai cobrir **68%** da demanda reprimida até dezembro de 2020

##### Médio prazo

- **88%** da demanda reprimida até dezembro de 2021

- **100%** da demanda atendida até final de 2022 referente a obras estruturais de grande porte

#### Demanda reprimida existente no Estado



#### CONEXÕES RURAIS

- Atendimento de **100%** do acumulado de conexões finalizado até 2022, reduzindo de **21,3 mil** conexões rurais pendentes em 2019 para **15,6 mil** em 2020 e **6 mil** em 2021

- Aumento no volume de obras de 500 conexões por ano para até **10 mil** por ano



**Precisamos do apoio das instituições para sermos mais efetivos e para entender melhor o que de verdade é preciso”**

**Nicola Cotugno,**  
presidente da Enel Brasil

acordo, como parte do que o Estado se comprometeu a ajudar a distribuidora, diz respeito à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Enel na Assembleia Legislativa do Estado. O pedido é para dar ciência à Casa sobre o objetivo e importância da implementação dos compromissos assumidos e do interesse do Estado nos mesmos.

“Discutimos isso no acordo porque entendemos que é de interesse que esse acordo seja divulgado também na CPI, porque buscamos uma solução futura que val totalmente no sentido contrário do que é discutido na CPI”, pontua o diretor de Infraestrutura e Redes da Enel Brasil, Guilherme Lencastre. O presidente da Assembleia

Legislativa de Goiás, Lissauer Vieira (PSB), informou que se chegar à ciência da Presidência fará comunicação à CPI. “Agora, precisamos entender que isso não vai mudar nada o trabalho. Esses investimentos da Enel já estavam em contrato. Segundo eles, existe uma boa intenção e precisamos dar um voto de credibilidade”, diz.



# Governo quer R\$ 1,8 bi do Judiciário

**ASSEMBLEIA** Projeto enviado em conjunto pelo Executivo e pelo Tribunal de Justiça permite acesso a até 75% dos recursos de depósitos judiciais; medida aponta para desistência do RRF

Marcos Nunes Carreiro  
marcos.carreiro@opopular.com.br

O governo de Goiás, em conjunto com o Tribunal de Justiça (TJ-GO), enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei que o autoriza a utilizar até 75% dos recursos de depósitos judiciais. Segundo projeções do governo, pela última atualização dos valores, o Estado deve conseguir acesso a aproximadamente R\$ 1,8 bilhão desses recursos, que deverão ser utilizados obrigatoriamente para pagamento de precatórios, Previdência dos servidores, advogados dativos e amortização da dívida ativa.

Como adiantado pelo POPULAR ontem, o projeto foi entregue na tarde da segunda-feira (26) ao presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), pela procuradora-geral do Estado, Juliana Diniz, e por desembargadores do TJ-GO. Isso ocorreu após reunião a portas fechadas do governador Ronaldo Caiado (DEM) com o presidente do Tribunal, o desembargador Walter Carlos Lemes, e de assembleia extraordinária feita pela Corte para deliberar sobre o assunto.

Se aprovada, a lei permitirá ao governo acessar os recursos de uma só vez. O projeto, po-

rém, além de dar fôlego financeiro ao Estado, indica também a possível desistência de Goiás de aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), visto que uma das exigências trata justamente da “proibição de realizar saques em contas de depósitos judiciais”.

Embora não se enquadre nos requisitos para aderir ao RRF por não cumprir dois dos três requisitos, Goiás conseguiu liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) permitindo sua adesão, mas a entrada do Estado no regime não é vista com bons olhos pelos demais Poderes, sobretudo pelo Legislativo – deputados já afirmaram que o conjunto de leis do RRF não passa na Assembleia.

## EMBATE

Esse contexto indica que o Estado busca alternativas, como afirma Lissauer. “Quando eu falava que precisávamos estudar alternativas para não aderir ao RRF, era pela preocupação que tinha em engessar o Estado. Nesse sentido, essa é uma (alternativa). Agora, não é só essa e o Estado está buscando outras alternativas, como a reforma da Previdência. Estamos prontos para discutir isso com o governo.”

A Assembleia aprovou, em



Lissauer Vieira (PSB), presidente da Assembleia: é uma alternativa

junho do ano passado, lei semelhante enviada pelo então governador José Eliton (PSDB). A lei, porém, foi suspensa em agosto de 2018 pelo ministro do STF Edson Fachin em ação ajuizada por Alexandre Alencastro Veiga Hsiung, advogado do Podemos e marido de Anna Vitória Caiado, filha do atual governador Ronaldo Caiado (DEM).

A questão foi tema de discursos da tribuna ontem por parte de deputados de oposição, como Talles Barreto (PSDB), Henrique Arantes (PTB) e Lucas Calil (PSD), que acusaram Caiado de hipocrisia. Os ataques, entretanto, foram minimizados pelo líder do governo, Bruno Peixoto (MDB). “A oposição diz inverdades, pois o atual projeto atende às determinações do STF”.

Wildes Barros

## Acordo sobre duodécimo

Governo e Assembleia Legislativa chegaram a acordo sobre o duodécimo da Casa, que deve receber R\$ 96 milhões para 2020 e um acréscimo de R\$ 2 milhões por mês, neste ano, de setembro a dezembro. O acerto foi feito em reunião entre o presidente Lissauer Vieira (PSB) e o governador Ronaldo Caiado (DEM) na segunda-feira (26). O acordo põe fim, ao menos por enquanto, a uma discussão que se arrasta desde o primeiro semestre, devido ao não pagamento integral do duodécimo da Assembleia por parte do Executivo. “Entendemos as dificuldades do Estado e o governo entendeu também as necessidades da Assembleia”, diz Lissauer. O valor para o ano que vem, que é R\$ 63 milhões inferior ao previsto originalmente, será colocado na Lei Orçamentária Anual (LOA). Já os R\$ 2 milhões a mais para este ano, de acordo com Lissauer, devem ser 100% revertidos à construção da nova sede da Assembleia no Parque Lozandes.



## Após pressão, PEC da Educação deve sofrer mudança

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que inclui a Universidade Estadual de Goiás (UEG) na vinculação geral da Educação, reduzindo de 27% para 25% a vinculação da área, deve sofrer modificações para atender demandas do setor. O projeto está com pedido de vista do líder do governo, Bruno Peixoto (MDB), na CCJ. Ele deve apresentar voto separado com as mudanças que forem acorda-

das com o governo.

Ontem, a presidente do Sinte- go, Bia de Lima, levou sugestões de mudança ao presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), que as apresentou ao secretário de Governo, Ernesto Roller. O governo busca consenso sobre a matéria para que ela seja aprovada.

Entre as propostas estão: o fim do congelamento das progressões previstas nas PECs 54 e 55, aprovadas em 2017; que a

UEG tenha parte de sua atuação dedicada à qualificação de profissionais da rede pública; concurso público para a Educação; o pagamento do piso e da data-base; e a retirada do gasto com aposentados dos 25% da vinculação.

As propostas foram tema também de reunião entre o deputado Karlos Cabral (PDT) e as secretárias de Educação, Fátima Gavioli, e de Economia, Cristiane Schmidt. O atendimento a algu-

mas das solicitações do setor diminuiria a resistência entre deputados.

### EMENDAS

Porém, os acordos para aprovação do projeto não passa apenas pelo atendimento às sugestões. Deputados afirmam que também faz parte dos acordos o pagamento das emendas dos deputados. Questionado a esse respeito, Lissauer admitiu que a

questão está sendo tratada com o governo. "Isso precisa avançar também e estamos em processo de articulação para tratar disso."

Dentro das articulações, deputados novatos também tentam articular emendas - novatos não têm direito a emendas para este ano. "Estão reivindicando. Então, temos que ter diálogo com o governo. Acho que conseguiremos achar um consenso", diz Lissauer.



**GIRO**



**Caio Henrique  
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

## *No circuito*

Após longa conversa com o governador Ronaldo Caiado (DEM) na noite de segunda, onde foi acertado o repasse do duodécimo à Assembleia Legislativa, o presidente da Casa, Lissauer Vieira (PSB), entrou para as articulações para tentar chegar a acordo sobre a PEC da Educação.

## *Já era?*

A expectativa de deputados é a de que, com o projeto que permite o uso de 75% dos depósitos judiciais, a adesão ao RRF vai “literalmente ficar para escanteio”. O regime não permite este tipo de operação.



André Costa



Leito do Rio Meia Ponte abaixo do ponto de captação da Saneago, na Região Noroeste de Goiânia: baixa no nível da água, acentuada nas últimas semanas, deixa pedras aparentes

## Rio Meia Ponte pode ter chegado a nível crítico 3

**RISCO NO ABASTECIMENTO** Plano de Racionamento da Saneago é aprovado pela AGR e rodízio pode ser adotado se a média de vazão do manancial ficar menor que 1.500 litros por segundo

**Carla Guimarães**  
carla.guimaraes@opopular.com.br

**Deivid Souza**  
deivid.santos@opopular.com.br

A vazão média do Rio Meia Ponte entre terça-feira da semana passada (20) e esta segunda-feira (26) chegou a 2.786 litros por segundo (l/s), conforme o cálculo das vazões disponíveis na Sala de Situação da Saneago. O número, se confirmado, levará a classificação da bacia como em nível crítico 3, que é previsto em caso de média inferior a 2.800 l/s em sete dias consecutivos. Se chegar a um nível abaixo, o 4, com vazão menor a 1.500 l/s, há previsão para rodízio no fornecimento de água em parte da região metropolitana de Goiânia.

A previsão de rodízio consta em plano de racionamento apresentado pela Saneago aos órgãos de regulação enquanto a vazão média do rio ainda estava no nível crítico 1 (menor que 4.300 l/s), em atendimento a deliberação do Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) do Rio Meia Ponte. O plano foi aprovado ontem pela Agência Goiânia de Regulação (AGR) e, segundo a deliberação do comitê, sua implementação está prevista já a partir do nível 3. No documento, porém, a empresa de saneamento informa que o rodízio no abastecimento só vai ocorrer caso a vazão chegue aos 1.500 l/s.

Segundo o presidente da Saneago, Ricardo Soavinski, o plano de racionamento da empresa prevê uma série de medidas estruturais e também de operação. "Estruturais a Saneago fez tudo que estava previsto", diz o presidente, que cita como um dos exemplos a interligação dos dois sistemas de produção, Meia Ponte e Mauro Borges, que já está funcionando plenamente, complementando a produção do sistema Meia Ponte com 800 l/s.

Soavinski cita que o plano prevê também medidas operacionais. "Como redução de pressão, uma série de coisas, que também foram feitas, e, em última instância um possível racionamento, que seria a alternância de uso da água".

Em caso de necessidade de rodízio, o plano da companhia prevê um dia sem água, outro com abastecimento em estabilização e o dia seguinte, estabilizado e abastecido. Conforme o documento, a alternância de bairros que podem ser afetados será amplamente divulgada, com antecedência de 48 horas, contendo as informações quanto aos períodos e datas de paralisação e/ou intermitências do abastecimento de água.

"A gente crê fortemente que ele (o rodízio) não será necessário", afirma o presidente da Saneago. Ele cita, porém, que tudo vai depender de como vai se comportar o volume de vazão do Rio Meia Ponte devido a outros usos e também ao consumo da cidade. "Acredito que falte de quatro a seis semanas ainda do período de estiagem e passe esse período sem precisar fazer o rodízio." Ele acrescenta, porém, que é preciso "ficar sempre em alerta". "Tudo que a gente fez tem que dar certo."

O Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO), porém, não descarta risco de desabastecimento da região metropolitana em função da atual crise hídrica. À convite de procuradores do órgão, ontem representantes dos órgãos reguladores do Estado (AGR) e município (ARG), da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semad Goiás) e da Saneago estiveram reunidos, a portas fechadas, na sede da procuradoria.

"Já há um contingenciamento de uso da água".

“

**Acredito que falte de quatro a seis semanas ainda do período de estiagem e passe esse período sem precisar fazer o rodízio”**

**Ricardo Soavinski,**  
presidente da Saneago

to, já há uma redução, uma determinação de que haja menos captação (50% das outorgas), mas isso não tem sido suficiente para garantir que não haja um racionamento na região metropolitana de Goiânia", citou a subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Institucionais do MP-GO, Laura Bueno, sobre as razões para o pedido da reunião, ontem.

Segundo ela, ficou definido que os órgãos envolvidos nessa discussão da crise hídrica vai ter uma reunião específica dentro da Saneago amanhã. Laura afirma, que o que o MP-GO quer, é que a fiscalização por parte dos órgãos responsáveis aumente. "A Semad informou aqui que está ampliando a fiscalização. A Semad também e as agências reguladoras vão nos fornecer outros dados mais atuais para o Ministério Público analisar até o final dessa semana a possibilidade inclusive de judicializar a questão". A 'captação zero' de água da bacia por particulares não foi descartada como última hipótese.



## MP cobra mais fiscalização

A subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Institucionais do Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO), Laura Bueno, afirma que o órgão tem observado que a vazão da Baía do Mela Ponte está cada vez mais baixa. “Há um risco de desabastecimento da capital, da região metropolitana. Então o MP tem chamado os atores, as secretarias e os órgãos envolvidos nesta questão da fiscalização da coleta de água do Rio Mela Ponte para poder ver se é possível prevenir que haja esse desabastecimento, esse racionamento (o rodízio previsto caso a vazão chegue a 1.500 l/s)”.

Segundo Laura, o que o MP-GO quer é que a fiscalização dos órgãos responsáveis aumente “e que a gente consiga evitar o racionamento e, também, evitar a judicialização da questão.”

A subprocuradora diz que a fiscalização não tem sido suficiente para gerir a vazão do rio. “Porque não vieram as chuvas, isso vai demorar, ao que tudo indica. Então ou a gente fiscaliza e corrige essa captação inadequada ou haverá racionamento e é isso que a gente quer evitar.”

Laura informa, que durante a reunião de ontem, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semad Goiás) informou que está ampliando a fiscalização e que, em outros momentos, quando a pasta fez isso, houve melhora. “A gente ainda não está no nível crítico 3 (do Mela Ponte), então o Ministério Público está atuando preventivamente aguardando o resultado dessa fiscalização para nós decidirmos (sobre a necessidade de judicialização)”. A previsão da subprocuradora é que o MP tome uma decisão sobre esse caso até esse fim de semana.

“É um ultimato do Ministério Público para que todos os responsáveis pela fiscalização que eles protejam a Baía do Mela Ponte para que não haja uma judicialização e, talvez, venha uma medida mais severa para os produtores em prejuízo de toda a população.” A citada judicialização, segundo Laura, significaria o cumprimento do que prevê a legislação. “Quanto inclusive à suspensão da captação de alguns daqueles que estão autorizados hoje com outorga.” Isso afetaria agricultores e indústrias, que no atual nível crítico 2 já passaram a poder usar apenas

### O que pode acontecer

Plano elaborado pela Saneago prevê série de medidas para garantir abastecimento e minimizar transtornos de eventual escassez hídrica

#### ACÇÕES DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

- Campanha “Consumo Consciente Preserva o Meio Ambiente”
- Orientações nas faturas de serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário
- Orientações a condomínios sem medições individualizadas
- Orientações a administradores de prédios públicos
- Divulgação dos canais de pronto atendimento da Saneago – em caráter permanente
- Adequação ao Sistema Tarifário, onde já são adotadas tarifas progressivas, encontrando-se em estudos a viabilidade e necessidade da adoção de tarifas de contingência (incremento na conta decorrente da superação de limite pré-estabelecido)

#### ACÇÕES ESTRUTURAIS

- Interligações do Sistema Integrado de Água da região metropolitana de Goiânia
- Sala de situação

#### ACÇÕES OPERACIONAIS

- Distribuição pela ETA Mauro Borges de água tratada a 100 bairros na região metropolitana de Goiânia
- Controle e redução de perdas
- Uso de caminhões-pipa para abastecimento de usuários essenciais, como hospitais
- Mitigação das entradas de ar para evitar desabastecimento
- Rodízio

PM  
F&A Plano de Racionamento

metade do que têm autorizado.

A secretária da Semad Goiás, Andréa Vulcans, que participou da reunião ontem no MP, salienta antes do final do encontro sem falar com a imprensa. Questionada pelo POPULAR sobre a possibilidade do Mela Ponte entrar no nível crítico 3, não respondeu. Em nota, a pasta informou que, desde o último domingo (25), tem-se verificado uma tendência de queda na vazão do rio, “o que pode estar indicando, dentro dos próximos dias, o atingimento do Nível Crítico 3”. Na publicação, a Semad ainda afirma que “as ações de fiscalização no território da bacia hidrográfica do Rio Mela Ponte serão intensificadas, de modo a garantir que, em razão da escassez hídrica vivenciada na bacia, os usos prioritizados por lei sejam garantidos.”



Ricardo Soavinski, presidente da Saneago, e Laura Maria Ferreira Bueno, subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Institucionais

### 3 perguntas para Ricardo Soavinski

Presidente da Saneago fala sobre abastecimento

**1 – Dentro da deliberação do comitê da Baía do Rio Mela Ponte consta que no atual nível crítico (2) a Saneago tenha que em deixar uma vazão remanescente de pelo menos 1.000 l/s. Isto tem sido possível?**

A Saneago respeita todas as normas. O que foi deliberado pelo comitê da bacia e pela Secretaria de Meio Ambiente estamos cumprindo rigorosamente o que foi determinado. Podemos usar até 2 mil (l/s), mas tem de ter uma vazão remanescente de 1.000 (l/s), e estamos cumprindo isso. Tanto é que estamos usando só 1.000, 1.100, 1.200, varia um pouquinho ao longo dos dias, justamente para preservar essa vazão remanescente, que é a própria qualidade de sobrevivência do rio também.

**2 – E no interior, há cidades com risco de desabastecimento?**

Temos muito claro os municípios que são afetados pela estiagem, são em torno de 50. Para cada um deles tem uma estratégia e este ano a gente olhou com muita atenção um por um e tomou providências. Então, até agora, não estamos tendo nenhum problema grave.

**3 – Então não tem nenhum município com falta de água?**

Tem questões pontuais, mas isso tem ao longo do ano. Cada lugar tem sua estratégia e tudo isso a Saneago fez com bastante antecedência para, principalmente, esse em torno de 50 municípios que tem enfrentado sempre nessa época do ano. Eu acredito fortemente que a gente vai atravessar o período todo de estiagem assim, bem administrado essa situação, sem nada grave. Mas claro que a gente tem de ficar em alerta.



O Ministério Público está atuando preventivamente aguardando o resultado dessa fiscalização”

Laura Bueno, subprocuradora do MP-GO



## Judiciário suspende seleção de OS para administrar o Hugo

**SAÚDE** Liminar decide que organização social vencedora em chamamento foi beneficiada ao continuar no certame mesmo tendo descumprido itens da legislação estadual

Thalys Alcântara  
thalys.alcantara@opopular.com.br

Uma decisão liminar do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO) suspendeu o chamamento que selecionou uma nova organização social (OS) para administrar o Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo). A administração da unidade passaria do Instituto Haver, de Goiás, atual gestor, ao Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (INTS), da Bahia, vencedor do processo seletivo, a partir de outubro deste ano.

O juiz Reinaldo Alves Ferreira, que assina a decisão, se baseou em supostos descumprimentos do edital. Segundo o texto da liminar, o INTS foi inicialmente inabilitado como OS por não ter três membros do poder público em seu conselho de administração, além de não ter o mínimo de três membros efetivos e três suplentes no conselho fiscal. Itens que são novas exigências na legislação estadual.

Ainda segundo a decisão, o INTS só continuou no processo seletivo depois de entrar com um recurso administrativo e a legislação estadual ser alterada durante o chamamento, deixando de exigir os itens que fizeram a OS não ser habilitada. A aceitação do recurso baseado nesta mudança da lei é avallada como "ilegal" na decisão, já que outras organizações teriam deixado de participar do processo justamente por não terem cumprido estas novas exigências.

Com esta decisão judicial relativa ao Hugo, todos os processos seletivos para escolher OSs da Saúde em Goiás estão travados. No caso do Hospital de Urgências de Trindade (Hutrin), o desembargador Olavo Junqueira de Andrade suspendeu o chama-



Hospital de Urgências de Goiânia, gerido pelo Instituto Haver atualmente

“  
São fortes os indícios no sentido de que a mudança legislativa não poderia ter aplicação imediata no certame em curso”

Trecho de decisão judicial que cancela chamamento de OS para o Hugo

mento que escolheu o Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento (Imed) para administrá-lo, mas o Estado ignorou a decisão e diz entender que não se pode cancelar um processo que já ocorreu. No último sábado, o Imed assumiu a unidade.

Já no caso do Hospital de Urgências de Anápolis (Huana), a organização vencedora, a Fundação Universitária Evangélica (Funev) havia sido desclassificada e só conseguiu se manter no

processo seletivo por meio de uma decisão judicial liminar. Por isso, desde o dia 5 de agosto, o chamamento está suspenso e só deve ser liberado após o julgamento da decisão provisória.

O Instituto Haver administra o Hugo desde novembro do ano passado. A OS recebeu a gestão do hospital de forma emergencial, sem processo seletivo, para substituir o Instituto Gerir, que quebrou o contrato com o Estado alegando falta de pagamento.

No dia 23 de julho, funcionários do hospital realizaram uma manifestação em defesa da permanência do Haver. A própria OS entrou com um recurso administrativo contrário à decisão do chamamento, que terminou com a INTS como vencedora.

Uma equipe do Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Cremego) realizou uma vitória no Hugo na última segunda-feira. O presidente da entidade, Leonardo Mariano Reis, defendeu que o hospital teve melhoras consideráveis, que está em bom funcionamento e deve manter essa situação.

## Hutrin muda sua gestão mesmo com decisão contra

O Instituto CEM entregou a gestão do Hospital de Urgências de Trindade (Hutrin) para o Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento (Imed) no último sábado (24). A transferência ocorreu mesmo com uma decisão judicial do desembargador Olavo Junqueira de Andrade, que suspendeu o chamamento que terminou com a Imed como vencedora.

Durante o final de semana, o Instituto Consolidar, que perdeu o chamamento e acionou o Judiciário, e a Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO), trocaram acusações. Em nota, a pasta diz que o Consolidar tenta causar tumulto e que promove "sérios prejuízos à população ao agir levianamente, podendo até levar ao fechamento do Hutrin". Em geral, a SES defende

que tirar o Imed da gestão do Hutrin traria prejuízo aos pacientes, já que o processo de transferência já havia começado.

Em resposta, o Consolidar disse que tem o interesse de desfazer a ilegalidade que ocorreu no processo seletivo da secretaria. Além disso, aponta que entrou com um recurso administrativo antes de recorrer ao Poder Judiciário.



**Fio Direto**

SUELY ARANTES

## Presidente da Assembleia abre mão de R\$ 63 milhões do duodécimo

Em acordo estabelecido entre o presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB), e o governador Ronaldo Caiado (DEM), ficou definido que a Alego abrirá mão de R\$ 63 milhões da previsão orçamentária para 2020. Com isso, o governo do Estado repassará ao Legislativo goiano o montante de R\$ 96 milhões a partir do ano que vem, ao invés dos R\$ 156 milhões previstos anteriormente na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentarias). A proposta foi acertada na segunda-feira após um amplo debate conduzido por Lissauer, que definiu o acordo como “um resultado positivo”. “Sempre defendi ações e alternativas para alavancar a economia de Goiás. Acredito que avançamos em um diálogo muito produtivo com o governo do Estado e conseguimos chegar a um acordo positivo entre todos os lados”, afirmou Lissauer, completando que a Alego não quer nada a mais do que seu direito garantido pela Constituição. “É bom deixar claro que os poderes são independentes e o repasse do duodécimo é uma obrigação do Executivo. Mas, sensibilizados com a atual situação do estado e com a boa vontade do governador Caiado, abrimos mãos de parte do nosso direito”, disse. Garantiu ainda que o recurso devido à Alego será repassado de forma integral e reforçou que não abrirá mão da autonomia financeira da Casa. “Já está tudo acertado e o repasse será feito integralmente. Esses valores são destinados à manutenção, investimento e custeio do Poder Legislativo. Precisamos dessa autonomia para garantir uma maior economia aos cofres públicos e para darmos continuidade ao projeto de construção da nova sede da Alego”, concluiu.

